



ATA Nº.25/2013
REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE BORBA
REALIZADA NO DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2013

Aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu pelas dez horas a Câmara Municipal de Borba, com a presença dos senhores vereadores Joaquim dos Santos Paulo Espanhol, Jerónimo João Pereira Cavaco, Benjamim António Ferreira Espiguinha e Joaquim José Serra Silva, sob a presidência do Senhor António José Lopes Anselmo.-----

Como secretária à reunião esteve presente a funcionária Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Coordenadora Técnica, da Câmara Municipal de Borba.-----

Movimento Financeiro -----

Foi presente e distribuído o resumo de tesouraria do dia 19 de novembro de 2013 que acusa um total de disponibilidades de 1.240.607,30 Euros.-----

-----PONTO 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

Ponto 1.1 – Assuntos Gerais de Interesse para a autarquia-----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião e perguntou ao restante executivo se tinham algum assunto geral de interesse para a autarquia que pretendessem apresentar.-----

Usou da palavra o Senhor vereador Jerónimo Cavaco e informou que, na sequência da deliberação tomada na última reunião de Câmara, relativamente ao ponto “anulação de fases de procedimento concursal” enviou e-mail à Consultora Jurídica da Câmara, Dr^a. Luisa Quitério, no sentido de lhe solicitar uma reavaliação dos pressupostos que tiveram na base do parecer por ela



emitido, tendo em conta os factos que foram apresentados, e perante o que foi dito naquela reunião. Disse já ter tido conhecimento que foi entregue, ao Senhor Presidente da Câmara, novo parecer jurídico, e que após contacto estabelecido entre a Jurista e o Senhor Presidente houve um despacho deste para suspender a execução daquela deliberação. Acrescentou que, de acordo com a decisão que a jurista lhe enviou, chegou á mesma conclusão que ele, ou seja, o parecer que emitiu anteriormente foi feito em pressupostos errados, que pressupõem o vício de forma na elaboração do parecer. Disse que a jurista propõe que a Câmara Municipal reavalie a decisão tomada em 6/11/2013 porque, perante os dados novos que surgiram, perante a conversa que teve oportunidade de ouvir através da gravação da reunião de Câmara e também perante a conversa que manteve com o Eng^o. Marques, não era aquele parecer que teria feito. Ainda no entender da jurista da Câmara a deliberação deve ser revogada, sob pena e risco de poder haver recurso para o Ministério Público dos interessados, ou dos eventuais lesados em termos do referido procedimento concursal, isto porque os pressupostos que a levaram a fazer aquele parecer jurídico e que esteve na base da decisão deste executivo, eram pressupostos que estavam viciados, tendo em conta aquilo que foi transmitido e que foi escrito á jurista da Câmara. Solicitou ao Senhor Presidente que confirme se recebeu o novo parecer e perguntou o que pensa fazer tendo em conta que houve uma alteração substancial dos pressupostos.-

O Senhor Presidente informou que já lhe transmitiram que existe esse novo parecer, embora ainda não o tenha analisado. Contudo, será entregue a todo o executivo e, naturalmente na próxima reunião de Câmara o assunto será discutido em pormenor.-----

Usou da palavra o Senhor vereador Joaquim José Serra Silva referindo que a intervenção do vereador Jerónimo Cavaco suscita-lhe algumas questões que necessita clarificar. Não concorda que o vereador eleito pelo PS tenha enviado um e-mail à consultora jurídica da Câmara, comunicando-lhe a sua posição, pois se todos os vereadores fizessem o mesmo certamente não haveria modo de entendimento e seria uma situação complicada. Pensa que esta questão tem que ser clarificada e compete ao Senhor Presidente clarificar o modo de



relacionamento dos vereadores, sem pelouros, com os serviços da Câmara. Não lhe parece que seja este, pois um vereador sem pelouros está mais bem informado que o próprio Presidente da Câmara que, neste momento, é responsável pelo pelouro. Pensa que esta questão tem que ser tratada porque considera haver aqui vicissitudes do mandato anterior em que alguns tinham o privilégio de fazer coisas e outros não podiam fazer nada.-----

Usou da palavra o Senhor Presidente referindo concordar com o que foi dito pelo vereador Joaquim Serra. Considera que, num relacionamento normal, todos os vereadores deveriam ter um contacto direto com o Presidente e falarão com ele aquilo que for necessário sobre qualquer tipo de esclarecimento. O vereador Jerónimo Cavaco não foi isso que entendeu, a ação fica para quem a pratica. Informou que quanto ao assunto será tratado em próxima reunião de Câmara.-----

Usou da palavra o Senhor vereador Jerónimo Cavaco e referiu que não tem acesso a informação privilegiada nem faz questão de a ter. Quando o vereador Joaquim Serra refere “haver vícios do mandato anterior” disse que não fez parte do executivo camarário do mandato anterior. Acrescentou não se tratar de uma questão de vícios, perante a discussão que houve na reunião de Câmara, perante os factos mais do que evidentes, de que o parecer jurídico estava viciado na forma, porque os dados não eram verdadeiros. A votação do Senhor Presidente e dos Senhores vereadores Joaquim Espanhol e Joaquim Serra foi no sentido de que pairavam suspeições sobre o concurso, mas o que estava para discutir na reunião de Câmara era um parecer jurídico que, depois do Eng^o. Marques e o Ex-vereador Hugo Mendanha terem referido aquilo que referiram, ficou viciado na forma. Por isso solicitou à jurista da Câmara que reavaliasse o processo porque havia dados novos, nem sequer exprimiu a sua posição, nem qual foi a decisão da reunião de Câmara.-----

Frisou o facto do Senhor Presidente ter suspenso a eficácia daquela deliberação tomada em reunião de Câmara sem ter dado conhecimento aos vereadores. Entende que, mesmo tendo competência para o fazer, deveria ter informado os vereadores daquela decisão.-----



Referiu ainda que fez o que tinha que ser feito, por uma questão de justiça, porque pedir um esclarecimento relativamente a algo que entende estar viciado, desde o primeiro momento, impedi-lo de o fazer seria limitar os seus direitos.-----

Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que, quanto a este assunto, entende estar tudo dito. Disse que, independentemente da posição política de cada um, há uma coisa que se chama respeito e ética. Não o incomoda o facto de cada um colocar as questões que entender, sem que primeiro lhe sejam colocadas a ele, pois a decisão e a responsabilidade será sempre sua.-----

Ainda neste período o Senhor vereador Joaquim José Serra Silva apresentou uma **Moção**, contra o aumento do horário de trabalho. Ficará a mesma arquivada em pasta anexa.-----

Depois de analisada pelo executivo, o Senhor Presidente colocou a Moção à votação tendo sido deliberado, por maioria, com quatro votos a favor e uma abstenção, a sua aprovação. Votaram a favor o Senhor Presidente, António José Lopes Anselmo e os Senhores vereadores Joaquim dos Santos Paulo Espanhol, Jerónimo João Pereira Cavaco e Joaquim José Serra Silva. Absteve-se o Senhor vereador Benjamim António Ferreira Espiguinha.-----

O Senhor vereador Joaquim Serra apresentou ainda um assunto relacionado com o anunciado encerramento dos serviços de repartição de finanças dos diferentes concelhos, nomeadamente do distrito de Évora que, segundo informação, das 14 repartições serão encerradas 11 incluindo a de Borba. Tendo em conta os prejuízos que esta situação irá causar aos munícipes de Borba, e ao interior do país, contribuindo ainda mais para a degradação das condições de vida das populações, alertou para o facto da Câmara Municipal procurar clarificar esta situação junto das entidades governamentais, tendo também em conta que os serviços da Repartição Finanças funcionam num edifício da Câmara Municipal em que pagam uma renda, sendo assim um prejuízo não só para a população mas também para o Município.-----

O Senhor Presidente informou que já teve conhecimento desta situação através da Chefe da Repartição de Finanças de Borba e que a Câmara lhe tinha colocado a possibilidade da Repartição continuar a funcionar mesmo



sem receber a renda. Acrescentou que, após conversa informal numa reunião que se realizou na CIMAC, terá que haver uma posição de força a nível distrital. Disse que, por parte da Câmara de Borba, irá fazer os possíveis para que a repartição se mantenha e, quando tiver mais informação será transmitida aos vereadores.-----

O Senhor vereador Joaquim Serra disse que o problema não se coloca no pagamento da renda, porque o que move as Finanças é o encerramento das instalações e a retirada do pessoal para outros serviços. É neste sentido que a Câmara tem que estar atenta porque, segundo se consta, alguns dos serviços das Finanças poderão vir a ser transferidos para as Câmaras, ou seja, as Câmaras aceitarem sem qualquer cobrança fazer serviço de finanças. Acrescentou que em algumas situações os CTT já fazem alguns serviços de Finanças, e o que se prevê é também a transferência de alguns serviços das finanças para as Câmaras.-----

O Senhor Presidente disse que vai ficar atento e irá sempre defender os interesses da população.-----

Interveio o Senhor vereador Jerónimo Cavaco para deixar um alerta sobre uma questão que o preocupa que tem a ver com a Autoridade para a Modernização Administrativa e com a Loja do Cidadão. Informou ter tido conhecimento, através do Presidente da Autoridade para a Modernização Administrativa, Dr. Paulo Neves, com quem convive com alguma regularidade, que existe um problema a nível nacional que se prende com a redução significativa das Lojas do Cidadão, tal como está a acontecer com as Repartições de Finanças e com as Estações dos CTT. Em todo o caso e para não serem surpreendidos, com uma decisão final, solicitou ao Senhor Presidente que tentasse reunir com a Autoridade para a Modernização Administrativa, uma vez que o plano vai entrar em vigor no início do ano, mas não sabe se a Loja do Cidadão em Borba está, ou não, na lista dos alvos potenciais em termos de extinção. Disponibilizou-se para, caso o Senhor Presidente necessite, poder rapidamente chegar á fala com o Presidente da Autoridade para a Modernização Administrativa, e verificar o que está a pensar em relação à Loja do Cidadão de Borba.-----



O Senhor Presidente agradeceu a atenção e disponibilidade manifestada pelo vereador Jerónimo Cavaco, referindo que quando tiver mais informação abordarão de novo o assunto.-----

O Senhor vereador Joaquim Serra salientou o facto dos funcionários da Loja do Cidadão e as instalações serem da Câmara Municipal não percebendo qual o interesse em fechar a Loja do Cidadão. Na sua opinião este foi um mau negócio, e o que poderão tentar é que este negócio que foi feito com a Câmara de Borba se possa alargar a outras Lojas do Cidadão do país.-----

O Senhor vereador Jerónimo Cavaco informou que teve uma reunião com o Presidente da Autoridade para a Modernização Administrativa, no período de campanha eleitoral, onde lhe foi transmitido que estavam a ser reavaliadas todas as questões das Lojas do Cidadão a nível nacional, nomeadamente onde existem custos com arrendamento, custos com pessoal, custos administrativos, etc. Sabe que o caso de Borba é uma situação diferente, e não considera ter sido tão mau negócio, até porque aquele edifício tinha funções muito diferentes ainda do tempo do mandato da CDU. Acrescentou ter conhecimento daquilo que é o Plano da AMA, e que vai ter dinheiro para desenvolver alguns projetos, durante os próximos dois anos. Neste caso, o que pode acontecer é retirarem os serviços da Loja do Cidadão e, antes que isso aconteça, seria bom que o Senhor Presidente da Câmara tivesse uma reunião rapidamente com a Direção da Autoridade para a Modernização Administrativa.-----

O Senhor vereador Joaquim Serra solicitou ao Senhor Presidente que gostaria que lhe fossem facultados os custos que a Câmara de Borba tem com a Loja do Cidadão, já que os pediu no mandato anterior e não lhe foram facultados.---

O Senhor vereador Benjamim Espiguinha referiu que quanto à questão do enceramento de algumas Repartições de Finanças já tinha conhecimento e é uma situação que está prevista à muito tempo, embora tenha vindo a ser adiada. Quanto á Loja do Cidadão, considera não fazer qualquer sentido se os serviços forem retirados. Entende também que pode estar aqui a ser criada uma situação de alarme, quando poderá não haver motivo para isso. Contudo, vai tentar, por uma via mais rápida, chegar a essa informação e, na medida do



possível, mostrar que para Borba é fundamental o funcionamento dos serviços da Loja do Cidadão.-----

O Senhor vereador **Jerónimo Cavaco** disse que esta questão, não deve ser encarada como uma situação de alarme. Entende que é melhor estarem conscientes do que eventualmente pode acontecer e, para isso, nada melhor que tentar uma reunião com o Presidente da AMA.-----

O Senhor Presidente agradeceu a disponibilidade manifestada pelos vereadores.-----

-----PONTO 2. ORDEM DO DIA-----

A Ordem do dia foi a seguinte:-----

Ponto 2. Ordem do Dia-----

Ponto 2.1 – Aprovação da Ata nº.23/2013-----

Ponto 2.2 – Atribuição de Abono para Falhas-----

Ponto 2.3 – Atribuição de Subsídio à Cerciestremoz-----

Ponto 2.4 – Proposta de cedência a particular do Pavilhão de Eventos a título gratuito para fins sociais-----

Ponto 2.5 – Designação do representante do Município no Núcleo Local de Inserção -----

Ponto 2.6 – Designação do representante do Município na Equipa de Coordenação Concelhia no âmbito do Programa de Intervenção Precoce-----

Ponto 2.7 – Designação do representante do Município na Assembleia Geral da Associação ESTER-----

Ponto 2.8 – Designação dos representantes do Município no Conselho Geral do Agrupamento Vertical de Escolas do Concelho de Borba-----

Ponto 2.9 – Atividades da Câmara-----

-----PONTO 2.1 – APROVAÇÃO DA ATA Nº.23/2013-----

Previamente distribuída por todo o executivo, foi presente a Ata nº.23/2013 que, depois de analisada, foi aprovada por unanimidade.-----



PONTO 2.2 – ATRIBUIÇÃO DE ABONO PARA FALHAS-----

Em reunião de Câmara de 21 de dezembro de 2011 a Câmara Municipal deliberou atribuir abono para falhas, aos funcionários Vera Cristina Duarte Santos e Paulo Alexandre Pereira Massas, tendo em conta que ambos asseguravam diariamente o normal funcionamento do serviço de tesoureiro a funcionar no Balcão Único que, de acordo com parecer jurídico, a Câmara reconheceu as ambos o direito a receber tal abono, ao abrigo do disposto no n.º.3 do artigo 2º do Decreto-Lei n.º.4/89, de 6 de janeiro na redação fixada pelo Decreto-Lei n.º.276/98, de 11 de Setembro.-----

Pretende-se uma deliberação que não defina o nome dos funcionários a que é atribuído o abono para falhas, mas sim a função dos mesmos (tesoueiros municipais) pelo que, a deliberação acima referida deverá ser revogada.-----

Assim, na sequência do parecer jurídico e da informação do Chefe de Divisão (que ficarão arquivados em pasta anexa como documentos n.º.1) o Senhor Presidente propôs que a Câmara Municipal delibere atribuir abono para falhas a dois tesoueiros em simultâneo, ao abrigo do disposto no n.º.3 do artigo 2º do Decreto-Lei n.º.4/89, de 6 de janeiro, na redação fixada pelo Decreto-Lei n.º.276/98, de 11 de Setembro, visto terem ambos que efetuar serviço de tesouraria, diariamente, de acordo com o horário de funcionamento do Balcão Único.-----

Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.-----

PONTO 2.3 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO Á CERCIESTREMOZ--

Presente ofício da Cerciostremoz, solicitando a atribuição de um subsídio entre os 500 e os 650 Euros, para a elaboração de um calendário para o ano de 2014, aproveitando o forte impacto da telenovela “Belmonte”, de modo a melhorar os seus serviços e paralelamente contribuir para alcançar metas que permitam um elevado grau de interação e preocupações sociais de uma forma voluntária.-----



O parecer da consultora jurídica de 12 de novembro de 2013 refere o seguinte: “Atendendo aos elementos de facto que constam do Despacho de 5.11.2013, a saber, o interesse para o Município da atividade do peticionário, uma vez que há utentes que são munícipes, encontra-se preenchida a previsão da alínea o) do n.º.1 do art.º.33 da Lei n.º. 75/2013”.-----

Tendo em conta o referido parecer e de acordo com a informação do Divisão (que ficarão arquivados em pasta anexa como documento n.º.2) **o Senhor Presidente propôs que seja atribuído um subsídio no montante de 500 Euros, visto ser esta a verba existente em orçamento.**-----

O Senhor Presidente informou que foi solicitado parecer jurídico para esta proposta, tendo alertado para que este pedido fosse ponderado atendendo a que há utentes de Borba que frequentam a Cerciestremoz.-----

O Senhor vereador Joaquim Serra disse não ter nada contra este tipo de apoio. Alertou para que situações destas sejam aferidas com as outras Câmaras que, neste caso, são propriedade das instalações onde funciona esta Instituição, pois certamente este pedido de subsídio também lhes deve tido sido solicitado, e se não forem todas a apoiar o projeto, o mesmo poderá ser inviabilizado. Alertou ainda para a questão do parecer jurídico porque não pode haver pareceres contraditórios para a mesma proposta e, neste caso, há pareceres anteriores que eram contraditórios à atribuição do subsídio. Acrescentou ser obrigatório que estas informações sejam acompanhadas dos fundos disponíveis, ou seja, na altura em que se assume o compromisso tem que haver fundos disponíveis, porque a Câmara não pode assumir despesas superiores às receitas que tem.-----

O Senhor vereador Jerónimo Cavaco referiu concordar com o que disse o vereador Serra sobre o parecer jurídico, pois também ficou confuso quando analisou o documento, no qual constam vários pareceres. Acrescentou que a proposta de atribuição de subsídio é clara de acordo com a legislação, nomeadamente a alínea em que a mesma é fundamentada, pois a mesma é demasiado lata podendo, por vezes, por em risco utilizar o interesse do Município com mais regularidade do que aquilo que se pode desejar. Contudo,



e atendendo ao papel que a Cerciestremoz representa para os Municípios onde desenvolve a sua atividade, não se opõe à atribuição deste subsídio.-----

O Senhor vereador Benjamim Espiguinha disse que, atendendo ao papel notório e á função social que esta Instituição desempenha, também não se opõe a atribuição deste subsídio.-----

Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.-----

PONTO 2.4 – PROPOSTA DE CEDÊNCIA A PARTICULAR DE PAVILHÃO DE EVENTOS A TÍTULO GRATUITO PARA FINS SOCIAIS-----

Presente requerimento de Paulo Jorge Grenho Lanternas, solicitando a cedência do pavilhão de eventos, para realização de uma noite de espetáculos com um grupo musical, seguida de vários DJ´s nacionais (os quais estão dispostos a participar) gratuitamente, atendendo a que a noite de espetáculos se destina a angariar verbas para tratamento de problemas de saúde da mãe do requerente.-----

Tendo em conta informação prestada pelo Chefe de Divisão, “a iniciativa a desenvolver, em situação normal, poderia assumir um preço fixo por hora de “€ 44,34, acrescido de IVA”, uma vez que se trata de uma iniciativa sem fins lucrativos, organizada por particular residente no concelho.-----

De qualquer forma, subentende-se que a pretensão do requerente não é a cedência do pavilhão de eventos aos preços já definidos pela Câmara Municipal, mas sim a sua cedência sem custos, atendendo a que pretende realizar uma iniciativa com a finalidade de recolha de fundos que possibilitem a realização de tratamento para a sua mãe (D. Armanda) numa clínica na Alemanha, de elevado valor (entre os 50 e os 60 mil euros) e para os quais a família não dispõe de recursos próprios.-----

Embora a Câmara Municipal tenha definido preços, para aluguer do pavilhão de eventos para diversas iniciativas (inclusive para iniciativas sem fins



lucrativos), a Câmara Municipal, pela sua função social, deveria juntar-se ao movimento gerado para ajudar a D. Armanda, produzindo, para o efeito, uma deliberação camarária de cedência do pavilhão de eventos, sem custos para o requerente”.....

Face ao exposto, e de acordo com a referida informação (que se arquiva em pasta anexa como documento n.º.3) **o Senhor Presidente propôs que a Câmara Municipal delibere autorizar a cedência do pavilhão de eventos, para realização da iniciativa de apoio à D. Armanda prevista para o próximo dia 29 de novembro, sem custos para o requerente.**.....

Usou da palavra o senhor Vereador Jerónimo Cavaco, dizendo que conhece perfeitamente a situação, no entanto, achou por bem que se verificasse que tipo de acordo se fez, quando o pavilhão foi cedido para o encerramento da iniciativa “um dia pela vida”, para que se seguisse o mesmo modelo de atribuição, sem abrir exceções e precedentes. Acrescentou nada ter contra este tipo de cedência a título gratuito para questões humanitárias, no entanto, há que ter em consideração e seguir sempre o mesmo molde para defender situações futuras que possivelmente venham a surgir.

Foi dada a palavra ao senhor Vereador Joaquim Serra, que esclarecendo a dúvida do senhor Vereador Jerónimo Cavaco, relativamente ao modo como foi feita a cedência do Pavilhão para a iniciativa “um dia pela Vida”, disse que, está previsto no Regulamento, a cedência do Pavilhão sem este tipo de custos, para situações em que a Câmara faz parte da comissão ou da Entidade que promove a iniciativa. De facto, o tipo de pedido sobre o qual se está a deliberar não se enquadra nesta explicação. Assim sendo, dada a natureza da causa do pedido, a Câmara deverá, em sua opinião decidir favoravelmente, e oportunamente, prever no Regulamento este tipo de situações. Chamou a atenção para o facto de, em situações semelhantes (não sendo a câmara a promover as iniciativas) apesar do Pavilhão ser da Câmara, ficar salvaguardado que existem assuntos a tratar por parte de quem pede o Pavilhão como é o caso dos direitos de autores, licenças, limpeza do espaço, etc.....



Usou da palavra o senhor Vereador Benjamin Espiguinha, que também concordou com a cedência gratuita do Pavilhão para este tipo de iniciativa bem como a uma possível alteração ao Regulamento de forma a contemplar este tipo de situações.-----

Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.-----

PONTO 2.5 – DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NO NÚCLEO LOCAL DE INSERÇÃO-----

Tendo em conta que decorreram eleições, e com a tomada de posse do novo executivo, a Câmara Municipal deverá designar o Presidente da Câmara Municipal, António José Lopes Anselmo, para representar o Município no Núcleo Local de Inserção.-----

Nos termos do n.º.3 do art.º.55º da Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro, após votação por escrutínio secreto foi deliberado, com dois votos a favor e três votos em branco, designar o Presidente da Câmara para representar o Município no Núcleo Local de Inserção.-----

PONTO 2.6 – DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA EQUIPA DE COORDENAÇÃO CONCELHIA NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE INTERVENÇÃO PRECOCE-----

Tendo em conta que decorreram eleições, e com a tomada de posse do novo executivo, a Câmara Municipal deverá designar o Presidente da Câmara Municipal, António José Lopes Anselmo, para representar o Município na Equipa de Coordenação Concelhia no âmbito do Programa de Intervenção Precoce.-----

Nos termos do n.º.3 do art.º.55º da Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro, após votação por escrutínio secreto foi deliberado, com dois votos a favor e três votos em branco, designar o Presidente da Câmara, para representar o



Município na Equipa de Coordenação Concelhia no âmbito do Programa do Programa de Intervenção Precoce.-----

PONTO 2.7 – DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO ESTER-----

Tendo em conta que decorreram eleições, e com a tomada de posse do novo executivo, deverá ser designado o Presidente da Câmara Municipal, António José Lopes Anselmo, para representar o Município na Assembleia Geral da Associação ESTER.-----

Nos termos do nº.3 do artº.55º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, após votação por escrutínio secreto foi deliberado, com dois votos a favor e três votos em branco, designar o Presidente da Câmara para representar o Município na Assembleia Geral da Associação ESTER.-----

PONTO 2.8 – DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO NO CONSELHO GERAL DO AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS DO CONCELHO DE BORBA-----

Tendo em conta que decorreram eleições, e com a tomada de posse do novo executivo, deverão ser designados o Presidente de Câmara, António José Lopes Anselmo, e os funcionários Luís Jorge Pires Paixão e Maria João Figueiras Rebola Lameira, para representarem o Município no Conselho Geral do Agrupamento Vertical de Escolas do Concelho de Borba. -----

Nos termos do nº.3 do artº.55º da Lei nº.75/2013, de 12 de setembro, após votação por escrutínio secreto foi deliberado, com dois votos a favor e três votos em branco, designar o Presidente da Câmara e os funcionários Luís Jorge Pires Paixão e Maria João Figueiras Rebola Lameira, para representarem o Município no Conselho Geral do Agrupamento Vertical do Concelho de Borba.-----



PONTO 2.9 – ATIVIDADES DA CÂMARA-----

O Senhor Presidente informou que, para além das atividades normais de funcionamento e gestão, desde a última reunião de Câmara participou em

- Reunião com as Águas do Centro Alentejo;-----

A primeira reunião foi uma reunião basicamente de apresentação, a seguinte foi mais uma reunião técnica, onde se falou essencialmente na questão da ETAR de Rio de Moinhos. Nessa reunião esteve também presente o Presidente da respetiva freguesia. Acrescentou que pretende, neste âmbito, realizar uma reunião com todos os queijeiros. -----

- Reunião com a ADRAL;-----
- Reunião com a Cerciestremoz;-----
- Reunião com a Rodoviária-----

Convidou o restante executivo para estar presente, no próximo dia 25, na inauguração do Centro de Deficientes Profundos, Luís da Silva.-----

O vereador Joaquim Espanhol, relativamente aos seus pelouros, prestou as seguintes informações:-----

Freguesia Matriz-----

- **Loteamento do Picadeiro-Borba -----**

Continuação do calcetamento com argamassa de cimento na zona Norte do loteamento; -----

- ***Loteamento da Nave – Nora-----***

Substituição de manilhas partidas na rede pluvial-----



- **Estradas e Caminhos** -----
 - Conclusão de um ramal na Estrada de Montes Claros;-----
 - Colocação de um tubo pluvial fixo na estrada de Montes Claros; -----
 - Reparação de pavimentos com massas betuminosas a frio em zonas de rutura de rede pública existente;-----
 - Pavimentação de passeios na Estrada da Adega de Borba; -----
 - Retificação de lancil no Largo das Servas, de modo a evitar a entrada de águas numa propriedade privada; -----

 - **Estaleiros Município**-----
 - Impermeabilização da cobertura do edifício principal e pintura do Bar das Oficinas; -----
- Freguesia de Rio de Moinhos**-----
- Reparação de telhado em propriedade do Município de forma a resolver os problemas de infiltrações aí existentes; -----
- Freguesia de Orada**-----
- Reparação de ruturas na rede de águas; -----
- Diversos**-----
- Recinto da Feira dos Santos – limpeza dos resíduos; -----
 - Festa da Vinha e do Vinho – desmontagem de toda a estrutura da festa;-
 - Colocação de infraestruturas telefónicas no novo Centro Escolar; -----
 - Limpeza e desobstrução de várias bermas e valetas; -----
 - Serviços de canalização variados; -----
 - Desobstrução de esgotos e limpeza de caleiras; -----
 - Limpeza de fossas; -----



O Senhor Vereador Jerónimo Cavaco, pediu a palavra, no sentido de ser esclarecido sobre o ponto de situação da obra da Porta do Castelo e sobre a obra do Centro Escolar. Para além desse pedido de esclarecimento, quis saber qual o ponto de situação do plano de ajustamento do PAEL. Na próxima semana, haverá uma reunião extraordinária com vista à discussão do Orçamento, e será importante ter essa informação, ou seja, saber exatamente o que está feito e por fazer e qual a execução exata da receita e da despesa. ----

Foi dada a palavra ao senhor Vereador Benjamin Espiguinha, que solicitou alguns esclarecimentos, nomeadamente: -----

1º - Qual o ponto de situação das famílias de etnia cigana, alojadas no sítio de apoio à ecopista. Teve conhecimento que o prazo estipulado pelo Tribunal estava a terminar, querendo por isso saber, se já foi tomada alguma medida por parte da câmara nesse sentido.-----

2º - Fazer uma chamada de atenção à Câmara, relativamente à limpeza de folhas que está a ser feita de forma insuficiente na Rua Florbela Espanca. -----

3º - Obras que foram feitas a propósito da realização da Festa da Vinha e do Vinho. O evento já passou, mas achou importante, que futuramente se preveja a situação do acesso dos moradores da Zona do Picadeiro ao Pavilhão. Estando “paredes meias” com o mesmo, não se justifica que tenham que fazer o percurso dos automóveis para poderem ter acesso à entrada do Pavilhão -----

4º - Saber o ponto de situação das obras do Centro Escolar. Sugeriu que, seria interessante fazer-se um convite à população (não em forma de inauguração, pois se a 1ª inauguração foi ridícula, uma 2ª seria tão ou mais ridícula) mas no sentido de dar a conhecer não só o interior como também o equipamento da escola. -----

Agradeceu em nome do PSD de Borba, o apoio prestado pela Câmara, através da cedência do Cine-Teatro, de diversos equipamento e da ajuda de um funcionário, para a realização de uma sessão de esclarecimento feita por um deputado eleito pelo círculo de Évora, sobre o Orçamento de Estado para 2014.-----



O Senhor Vereador Joaquim Serra, pretendeu não só tecer algumas considerações, mas também que lhe fosse facultada alguma informação, nomeadamente:-----

1. Sobre o ponto de situação da obra da escola, contendo o cumprimento dos prazos, as prorrogações que foram definidas pois ao que parece já foram ultrapassados os prazos e uma empresa que continua a trabalhar numa obra para a qual não tem prorrogação de prazo parece não ser uma situação legal, tendo a Câmara que intervir para resolver a situação.-----
2. Sobre o ponto de situação da obra do Castelo; -----
3. Sobre a Festa de aniversário da Oficina da Criança. Lamentou que, como Vereador, e pertencendo a Oficina à Câmara Municipal, não tenha sido convidado nem tão pouco lhe tenha sido dada informação sobre esse evento. -----
4. Sobre todas as reuniões com a empresa das Águas do Centro Alentejo. Pensa ser necessário aferir muito bem a questão da ETAR de Rio de Moinhos e continuar reunir no sentido de envolver queijeiros, população e a própria empresa, para saber até que ponto eles têm ou não responsabilidades em fazer a ETAR. -----
5. Sobre a localização das famílias de etnia cigana. Desconhecendo se o anterior executivo deixou alguma listagem dos processos que a câmara tem em Tribunal, onde obviamente há litígio, seria útil, no caso de não possuírem essa lista, que junto da consultora jurídica da Câmara se obtivesse essa listagem dos processos em Tribunal, para que se saiba quais são e a fase em que cada um se encontra. -----
6. Em determinada altura, ouviu dizer que uma empresa que prestava serviço à Câmara, através de uma colaboradora, foi intimidade a repor verbas na Autarquia por trabalhos desempenhados de forma irregular. Coincidência ou não, a colaboradora deixou de prestar esses serviços na Câmara, pelo menos em termos remunerados. O que pretende de facto



- saber, é a veracidade ou não deste processo, para que não se retenha apenas o que por aí se ouve. -----
7. Sobre o PAEL – será importante que se faça uma avaliação. Afirmou que essa avaliação não se baseia somente em referir que já se recebeu a verba toda e já se pagou a quem se devia. Será sim, localizarmo-nos dentro do plano de ajustamento. Deu como exemplo a dívida à ADSE. Quando se falou em reduzir cerca de 400 mil euros, estava-se a pensar que esta dívida (ADSE) entrava no somatório das dívidas calculadas. No entanto a mesma não estava prevista, o que significa que esse item do plano não será certamente cumprido. O que o leva a colocar a seguinte questão: Qual a contrapartida por não ter sido cumprido? Será que no próximo ano vão haver agravantes em termos de PAEL?-----
8. Sobre a Festa da Vinha e do Vinho – Disse que dentro do que foi possível fazer, este certame, decorreu na sua perspetiva, bastante bem, e isso é que foi importante.-----

O Senhor Presidente respondeu então às questões colocadas pelos senhores vereadores, referindo o seguinte:-----

- Relativamente à obra da Porta do Castelo, e em termos de segurança está tudo em conformidade. O dono da obra, pediu de facto uma prorrogação do prazo mas, que no entender da consultora jurídica da Câmara, dado o valor em causa, o pedido de prorrogação não tem que ser presente em reunião de Câmara. Informou ainda que essa prorrogação foi de 1 mês, o que significa que a mesma é válida até final do mês de Novembro.-----
- Relativamente à obra do Centro Escolar, houve de factos prazos que foram ultrapassados bem como determinadas contingências que lamentavelmente não correram bem.-----
Presentemente existe um prazo final para o término da obra, até final do mês de Novembro. Informou que neste momento o que está em falta são diversas inspeções, nomeadamente ao gás, à eletricidade faltando ainda



colocar algumas luminárias e receber algum equipamento. O que se prevê finalizado até ao final do mês.-----

Acrescentou que as crianças, só irão para lá, quando estiver tudo em conformidade. O que o preocupa, em termos futuros será quando todo o equipamento no seu conjunto (cozinha, eletricidade, etc) estiver a funcionar, estando o seu consumo estimado num valor exorbitante, não se sabendo ao certo como será de facto suportado. -----

- Aceitou, a proposta feita pelo senhor vereador Benjamim Espiguinha, dizendo ter todo o gosto em acompanhar a vereação da câmara numa visita às instalações da Escola. -----
- Relativamente ao PAEL, informou que teve uma reunião com a revisora oficial de contas. Houve um esclarecimento relativamente à situação dos prazos, em que uma coisa é a aprovação do programa outra é o início do processo. Só a partir do início do processo é que se contabilizam os limites de tempo. No entanto até ao final da semana ser-lhe-ão entregues todos esses elementos. Assim que os tiver, dará conhecimento a todos os vereadores do teor dos mesmos.-----
- Listagem do Tribunal – Informou que pediu essa listagem, está ainda a aguardar que lhe seja fornecida informação complementar.-----
- Famílias de Etnia Cigana – Pediu uma reunião com a Segurança Social. Soube tratar-se de um Projeto de Intervenção Comunitária feito pela Câmara, Santa Casa da Misericórdia e Segurança Social. Acrescentou que, segundo o que lhe disseram do Tribunal Administrativo de Beja, as famílias já excederam o prazo limite de tempo que lhe foi dado para permanecer naquele local. -----
- Quanto à questão levantada pelo senhor Vereador Joaquim Serra, relativamente aos dinheiros pagos indevidamente a uma Empresa



prestadora de serviços, informou já ter pedido toda a documentação relativa a este processo. Assim que a tiver, dará conhecimento da mesma aos senhores Vereadores. -----

Antes de dar a reunião por encerrada o Senhor Presidente procedeu à leitura das deliberações aprovadas em minuta, que foram aprovadas por unanimidade, e ficarão arquivadas em pasta anexa.-----

-----ENCERRAMENTO-----

Por não haver mais nada a tratar, o Senhor Presidente deu a reunião por encerrada, pelas treze horas da qual se lavrou a presente ata, composta por vinte páginas, que por ele vai ser assinada, e por mim, Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----

O Presidente da Câmara

A Coordenadora Técnica